

OS INTEGRANTES DO JUDICIÁRIO SABEM QUE ESTÃO NAS MÃOS DO LEGISLATIVO,
(De um senador que preferiu não se identificar)

Senadores preparam retaliação

PROJETOS QUE CRIAM NOVAS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E NOVAS VAGAS PARA TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS TERÃO TRAMITAÇÃO RETARDADA



José Paulo Lacerda/AE

Senador Humberto Lucena chega em Brasília

Está definida a primeira ação do grupo de senadores que pretende promover retaliações contra o Poder Judiciário em resposta à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de impugnar a candidatura do presidente do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), à reeleição. Projetos de interesse do Judiciário, como os que criam novas juntas de conciliação e julgamento e abrem novas vagas para os tribunais regionais federais, terão sua tramitação retardada ao máximo pelo grupo, que recorrerá a todos os expedientes regimentares.

“O Judiciário tem tomado decisões estranhas, como esta impugnação do senador Humberto Lucena, mas seus integrantes sabem que estão nas mãos do Legislativo”, afirmou um senador que, pelo menos até agora, vinha examinando com parcialidade as questões que envolvem interesses da Justiça e do Ministério Público no Congresso. Segundo este senador, nenhuma vaga para juiz e promotor e para qualquer instância da Justiça do Trabalho pode ser criada sem ser sujeita à apreciação do Congresso — Câmara e Senado reunidos devem dar a sua aprovação.

Nessa disputa entre os dois Poderes, um dos mais agudos instrumentos de pressão do Legislativo é a possível criação da temida Comissão de Controle Externo do Judiciário, uma decisão difícil, no entanto, já que depende da aprovação de uma emenda constitucional. O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) é a favor da criação do novo organismo, e “o mais urgentemente” possível. “Na Constituinte tentamos criar a Comissão de Controle Externo, mas o lobby do Poder Judiciário não permitiu que aprovássemos a emenda”, re-

lembrou o senador.

Mansueto de Lavor aponta o Orçamento Geral da União como outro caminho possível para ajudar a “convencer” o Judiciário a tomar decisões mais moderadas em assuntos envolvendo o Legislativo. Relator do Orçamento em 1993, Mansueto disse que nunca viu tanta pressão como a exercida pelo Judiciário para que nada seja

modificado na versão original de um projeto.

Até agora as pressões tinham sido recebidas normalmente pelos parlamentares, mas a revolta dos senadores com a impugnação de Humberto Lucena pode dar impulso ao movimento pelo controle do orçamento

do Judiciário. O TSE, por exemplo, poderá ficar, de uma hora para outra, sem verbas para presidir uma eleição. E o Superior Tribunal de Justiça (STJ) de repente se defrontará com falta de dinheiro para terminar a suntuosa (e polêmica) nova sede que está construindo em Brasília.

A nomeação de todos os ministros dos tribunais superiores — Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Superior Tribunal Militar (STM) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) — depende exclusivamente do Senado. Nenhum ministro de tribunal superior nomeado pelo presidente da República pode tomar posse sem a aprovação do Senado. O ministro Marco Aurélio Mello, nomeado pelo ex-presidente Fernando Collor (com aval do Senado), é um dos que mais desagradam aos senadores: é primo de Collor e foi o relator do processo que resultou na impugnação de Lucena. A partir de agora, os senadores prometem examinar com mais cuidado os nomes indicados para os tribunais.

João Domingos/AE

Senadores prometem colocar em pauta a Comissão de Controle Externo do Judiciário